

Memorial da Prof.^a Dr.^a Eva Blay ao receber o título de professora emérita

*Speech of Prof. Dr. Eva Blay in her Professor
Emerita title conferral ceremony*

Caríssima Prof.^a Dr.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda, DD. Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Caríssimo Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto, DD. Chefe do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP. Caríssimos colegas docentes de várias áreas da USP que me honram com sua presença. Muito queridas alunas e alunos que ao longo de todos esses anos me permitiram estudar, ensinar, discutir, mudar, crescer, nunca parar – mesmo quando discutindo calorosamente.

Confesso que nunca tinha pensado em nenhum prêmio ou reconhecimento acadêmico. Sempre pensei que meu papel na Universidade fosse aprender e ensinar: aliás as duas faces de uma mesma moeda.

Só recentemente entendi o significado do título Emérita quando vi alguns professores que eu admiro profundamente, o obterem – como o eminente Prof. Goldemberg. Só então percebi o quanto ele é importante. E para completar essa avaliação ouvi o relato feito pelo meu colega e ex-aluno Reginaldo Prandi que fez uma bela reconstrução da trajetória dos que o receberam nas Ciências Sociais.

No Departamento atualmente chamado de Sociologia, procurei as mulheres que o obtiveram e encontrei minha grande e querida amiga e mentora Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ela o recebeu em...1990! Aliás já nem me surpreendo pois levou “apenas” 28 anos para que uma docente mulher o recebesse no Departamento de Sociologia. Isso porque “não há discriminação” de gênero na universidade, como todos sabem....

As distâncias vão se encurtando e meu comparecimento aqui devo a um homem, ao reconhecimento de um jovem colega, Chefe do meu Departamento, o Prof. Ruy Gomes Braga Neto! Obrigada desde já querido amigo. Você entra na lista do HeForShe da ONU! Você é o exemplo que queremos dos homens que, quando no poder, reconhecem o trabalho das mulheres. Eu fui a número 12 depois de 11 homens.

Ao recompor minha trajetória de como cheguei à USP e à Sociologia faço-o seguindo a mesma metodologia que ensino a meus estudantes quando fazemos uma pesquisa baseada na história oral. No meu caso não serei tanto a protagonista, mas construirei um relato de abrangência coletiva.

Não pensem que escolhi a história oral por ser um caminho simples, sem obstáculos. Colhi ao longo desses 50 anos muitas histórias, através delas recompus parcelas da vida da camada operária, e elas me impuseram um grande dilema. Nada menos do que brigar com Engels! A pesquisa à qual me refiro focalizava as vilas operárias, e me deparei desde logo com a angústia dos trabalhadores e das trabalhadoras moradores que eventualmente poderiam ficar sem a casa onde moravam. Sem o trabalho e sem a casa (pela qual eles pagavam). Engels analisando o problema do ponto de vista político afirmava que a propriedade da casa não deveria ser um objetivo da classe trabalhadora, que a propriedade da casa ia contra as conquistas do proletariado, pois dificultava a mobilidade do trabalhador, mas... os operários e as operárias com quem eu conversava diziam que trocariam tudo para ter a casa própria. Engels tinha um prisma da luta de classes e não considerava o que a casa representava para os trabalhadores e as trabalhadoras, como eles me contavam. Vejam a contradição: para a pesquisadora o que deveria prevalecer: a perspectiva ideológica ou a realidade vivida pelos trabalhadores? Colocada a questão passei a discuti-la com meu querido Prof. Azis Simão. Essa questão teórica e ideológica me leva a recompor a extraordinária relação com o Prof. Azis Simão, pois já estava na etapa da livre docência quando temos total liberdade. Porém, eu nunca me afastei dos meus mestres, sempre os consultei, e eles sempre estiveram disponíveis! Azis e eu tivemos uma longa discussão, ele usando os argumentos de Engels, eu a fala dos operários e das operárias. Como um incontestável socialista, parceiro do operariado, ele finalmente concordou comigo. O resultado está em meu livro *Eu não tenho onde morar*, publicado pela editora Nobel.

E isso me leva a lembrar o início da trajetória no curso de Sociologia: para quem não sabe Azis ficara cego já em idade adulta. Mas foi ele quem me ensinou a ler Sociologia. Estava no primeiro ano, desesperada e pronta para desistir do curso e lhe disse: “Professor, não dá, eu não entendo nada o que está escrito.” Calmamente Azis me pediu que trouxesse o manual de sociologia que usávamos e que eu lesse em voz alta as primeiras linhas. Agora, disse ele, você grife, o sujeito dessa frase; em seguida disse grife o verbo... Assim, ao reler o texto através das palavras grifadas, tudo se esclareceu. Ele via! Ele ensinava! Ele me ensinou. Eu continuei sua eterna aluna.

O ACASO QUE NÃO É ACASO

Em 1956, sempre interessada em questões que diziam respeito à sociedade, às pessoas, eu ouvi por acaso uma colega dizer que fazia um curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde se fazia pesquisa. Palavra mágica! Eu não

sabia muito bem o que era pesquisa, mas valia a pena procurar. Minha professora de História, no Clássico do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, Dona Maria Simões, já tinha dado um nome a essa minha vocação ao me premiar com um livro: Introdução à Sociologia, de Armand Cuvillier.

O vestibular para Ciências Sociais selecionava através de uma prova de História e, confesso, o meu conhecimento era bem limitado (mal tínhamos chegado a reunificação alemã no Colégio). No exame oral, com o Prof. Lourival Gomes Machado, imaginem que ele que já era o grande especialista em história da arte, mas examinava no vestibular. Sorteiei um ponto sobre o qual eu não sabia nada. Confessei ao Prof. Lourival, então disse-me ele:

- Sobre o que você gostaria de falar?
- Sobre a Revolução Francesa.

Pois é: falei...e fui aprovada.

No Departamento de Sociologia éramos uns 8 ou 10 alunos no curso diurno. Outro tanto no noturno. Descrevo, pois, uma Faculdade de Filosofia anterior às mudanças que ampliaram quantitativa e qualitativamente a entrada na universidade pública. Certamente éramos uma elite – não econômica, mas uma elite intelectual, aquela que conseguira entrar para a universidade. Imagine-se três ou quatro jovens mulheres entrando para a universidade em 1956. Claro que na época não tínhamos a dimensão do salto que hoje posso avaliar. Nas nossas famílias, entrar para uma Faculdade não era problema, isso era o esperado. Mas nossos pais eram considerados errados, pois para a sociedade “essas meninas nunca iriam se casar, se continuassem a estudar!” Sábios esses nossos pais!

Para se entender a situação atual é preciso recompor os processos de mudança de onde partimos. Na Faculdade, para nós alunas, os problemas eram superar a lacuna bibliográfica; quase nada havia em português e o pouco que havia era em inglês ou francês. Havia múltiplos entraves. Analisemos os avanços da tecnologia por uma perspectiva sociológica. Comecei o curso numa faculdade em que até telefone era um bem raro. Que fique claro que não estou falando que não tínhamos o computador onde digitei esse texto, não tínhamos Internet onde hoje faço minhas pesquisas, mas quero entrar na raiz desse déficit: a tecnologia avança rapidamente, mas a disponibilização do uso da tecnologia passa por um estreito canal político e econômico.

Na população, tinha telefone quem tivesse dinheiro ou tivesse acesso político. Os bens em sociedades capitalistas ou socialistas são distribuídos aos privilegiados. Para entrar na estreita camada dos privilegiados tínhamos que superar a burocracia criada especialmente para evitar roubos e justamente por isso os facilitava. Um

dos mecanismos para abrir o acesso ao conhecimento é – ou era no caso – ampliar bibliotecas, comprar revistas internacionais.

Me voluntariei para atuar na biblioteca da Faculdade. Como é obvio quis fazer a assinatura de uma revista científica, me informei, etc. e apresentei o projeto ao Diretor da Faculdade. “Como você vai pagar pela assinatura de uma revista estrangeira antes de recebê-la”, me perguntou ele? Era óbvio que se paga e a editora envia a publicação. Mas a reação do Diretor era a desconfiança com o estrangeiro, ou a desconfiança de ser roubado, ou a total ignorância do mecanismo de mercado. Portanto, a revista não foi comprada. Aí está uma das origens da burocracia! E do atraso que se sente até hoje. Levamos vários anos para superar esse empecilho, para comprar livros ou revistas científicas para a biblioteca.

A PESQUISA NO CURSO

Fiz o curso de Ciências Sociais como uma aplicada aluna. Assistia todas as aulas, lia o possível e aproveitava todas as oportunidades de pesquisa que o curso não dava: fui com Maria Silvia de Carvalho Franco fazer pesquisa nos cartórios empoeirados de Cunha, fui com Juarez Rubens Brandão Lopes e Carolina Martucceli Bori para Cataguases e Leopoldina pesquisar as condições de vida dos operários das tecelagens locais, subi a pé todos os morros da Penha em São Paulo para fazer a pesquisa de campo de Bertrand Hutchinson. Tudo *fora* do curso pois nele mesmo só pesquisei a Vila Mariana, meu bairro.

Por outro lado, li Mannheim num inesquecível curso de meu querido Professor Florestan Fernandes. Que não se furtou de me encontrar no hall da Maria Antônia para corrigir um artigo, o primeiro de minha vida, a ser publicado no jornal do CEUPES!

Aliás, atenção, alunos e alunas, eu sou fundadora do CEUPES!

Ao chegar ao fim do curso uma coisa eu sabia: faltava no programa uma intensa e sistemática experiência em pesquisa empírica. Solucionar esse problema marcou as futuras décadas de meu trabalho na USP, no departamento ou fora dele.

O Curso de Ciências Sociais permitia contatos extraordinários. O Prof. Fernando de Azevedo, nas vésperas de se aposentar, nos deu raras aulas. Me lembro de uma, creio que em 1962, quando ele falou com entusiasmo sobre a atriz Marilyn Monroe, lamentando sua precoce morte que abalara meio mundo. Uma mulher atraente, que passava um misto de beleza e ingenuidade, excelente atriz, mas totalmente desqualificada pela versão sexualizada que a propaganda insistia em apresentá-la. Tenho uma foto dela, não em poses sensuais ou pornográficas, mas

lendo um livro que a acompanhava durante os intervalos das filmagens!¹ Morreu aos 36 anos. Pena que não sobreviveu para se incluir no MeToo!

Mas do Dr. Fernando tenho outros alertas: ele contava sobre sua atividade como Secretário da Educação de São Paulo. Dizia como ficara atônito quando algumas professoras que pediam transferência de uma cidade para outra ficavam agradecidas, pois ele nunca lhes pedira favores sexuais para conceder essa transferência. Ele falava disso com total espanto!

Um curso de Ciências Sociais permite N experiências. Mas quando se tem uma mestra amiga como Maria Isaura, as oportunidades são ampliadas. Maria Isaura prestava atenção na aluna, observava. Por vezes sugeria algum curso, por exemplo assistir as aulas do Prof. Ruy Coelho! Levei muitos anos para entender o que ele ensinava! Era sofisticado demais, erudito demais, lia desde Proust a histórias em quadrinhos.

Concluída a graduação, tive, junto com outras colegas a ousadia (ou ignorância política) de fazer uma avaliação do curso sugerindo, evidentemente, pesquisas. Talvez tivéssemos exagerado mostrando algumas falhas do curso. Nunca imagináramos que alguns docentes se sentiriam pessoalmente ofendidos. No regime de cátedra, a hierarquia estava presente. Também não havia a possibilidade de crítica. Mas a minha geração na véspera da ditadura, na expansão do populismo, no contato com as múltiplas vertentes de esquerda, na construção da democracia, queria que nossos cursos fossem atualizados, modernos, abertos e preparassem para o novo cenário. Saíamos um tanto frustrados do curso e pensávamos em ajudar no caminho da inovação. Elaboramos um documento que enviamos à Chefia do Departamento, como uma proposta de atualização. Era um agradecimento prospectivo.

Mal sabíamos que tínhamos preparado uma bomba. Os citados e os omitidos se ofenderam. Reagiram. Foi um caos.

Florestan ao receber esse documento respondeu-o através de uma carta a mim dirigida. Nela dizia que me considerava portadora da devolução do documento que não podia aceitar. Elegantemente dirigiu-a a mim, como portadora a todos os que a tinham assinado.

Hoje consigo entender que meu mestre Florestan, que se tornou meu amigo por toda a vida, procurara apagar o incêndio das vaidades feridas. Era o momento em que a cátedra se extinguia, as vaidades se acirravam, a competição era fatal. Não

1 Texto escrito pelo fotógrafo (Magnum /Focus Agency) Eve Arnold acompanhado da foto de Marilyn lendo Ulysses de James Joyce. A referência é do Professor de Literatura Richard Brown.

era apenas uma questão de competência acadêmica. Duas forças se digladiavam: aqueles docentes que vinham da elite *versus* aqueles que vinham do baixo clero. Aqueles que se consideravam a elite brasileira *versus* os filhos de imigrantes. Dolorosa transição vivemos naqueles dias. Se vocês me perguntarem quem venceu? Responderei: foi a elite.

Ao relatar essa passagem me indago se face aos momentos autoritários que vivemos, qual será o grau de liberdade que teremos para expor nossos projetos de universidade?

Em 1961 voltei à faculdade para fazer um curso de extensão. A pós-graduação estava se organizando. Fui procurada por Maria Isaura que em nome do departamento me propôs que começasse a trabalhar na Faculdade. Teve de insistir muito pois não me achava preparada. Comecei como professora voluntária, sem vencimentos, onde fiquei por dois anos até ser contratada. Só que desde o começo me deram atividades como se fosse docente do curso.

Chamo a atenção para o fato de que quando comecei a dar aulas na pós-graduação e a orientar nesse nível, eu mesma não tinha feito minha pós-graduação. Importante relatar isso, pois as coisas se construía no seu fazer-se! Ou alguém imagina que se buscava um modelo para a pós-graduação?

No meio dessa construção houve o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em Belo Horizonte. Participei e levei um texto a partir de uma experiência que me marcara muito na pesquisa em Cataguases. Deveria entrevistar um líder operário. Ocorre que ele tivera um derrame, fora afastado do trabalho e da luta política. Enquanto o esperava em sua casa falei com sua mulher, que contou da doença, da grave situação econômica da família, da limitação física do marido, da militância. Imagine-se sem o trabalho, com a doença, e eu pergunto “como a Senhora vai fazer?” Ela respondeu: “alguém tem de continuar! Continuar a luta por seus direitos, apesar de todos os empecilhos...”. Essa foi uma das mulheres que mais profundamente me marcaram!

O curso de Ciências Sociais e o Departamento de Sociologia avançavam com lutas internas. Acho que não me aprofundei nelas, pois ainda tinha uma ingênua admiração por alguns professores e expectativas de melhorar o curso. Mas, no subterrâneo das paixões humanas, com a concorrência se avolumando...Ou se imagina que na universidade não há concorrência? A esse ambiente se somavam as oposições políticas. Vivíamos à véspera da ditadura e, no entanto, o que se presenciava eram as minúsculas concorrências! Tanto sofrimento pequeno às vésperas do grande golpe militar.

Na aparência havia uma cisão teórica: marxistas radicais, historicistas, funcionalistas, estruturalistas, etc. Em síntese, havia os que tudo explicavam através da oposição entre as classes sociais e os que, sem renegar a oposição entre as classes, iam além delas. Levei bem uns vinte anos para escrever o texto: “O feliz casamento entre o marxismo e o feminismo”, opondo-me às escritoras que escreveram ser impossível casar o marxismo com o feminismo. Ora, pensava eu, se o marxismo não explica que numa sociedade sem classes ainda impera o machismo, a subordinação das mulheres, que se busque outra explicação, além da oposição das classes, sem abandoná-las.

INTRODUZIR GÊNERO NA ACADEMIA E NA SOCIOLOGIA

Já se percebe que nas entrelinhas desse relato a questão da mulher está posta todo o tempo. Era uma novidade na academia. Para alguns uma aberração. Recém criada a FAPESP, apresentei um projeto para investigar a situação da mulher em três cenários. Mais uma vez o Prof. Azis foi meu guia.

Enviado o projeto fui chamada pelo Diretor Científico Prof. Dr. Warwick Estevam Kerr, agrônomo e geneticista. Queria que eu explicasse o que era esse assunto de estudar a mulher. Ele realmente não entendia o tema, o problema, etc. Expliquei detalhadamente que nada se sabia sobre o papel social da mulher, que éramos invisíveis, que não constávamos das estatísticas, etc., etc. .

Obtive a bolsa de pesquisa. Tenho certeza que na área de gênero foi a primeira bolsa dada pela FAPESP. Nem por isso no Departamento de Sociologia o tema mulher passou a ser visto como tema científico. Não vale a pena me estender sobre essa posição retrógrada, basta dizer que tanto a mulher, a professora, o trabalho feminino, a participação política da mulher eram temas subordinados.

A ditadura atingiu em cheio a Universidade de São Paulo. Alguns tiveram de fugir, outros sumiram, e nós ficamos. Fomos transferidos para a Cidade Universitária e nós, da Sociologia, fomos colocados nos barracões. Meus filhos ainda pequenos desenharam nas paredes de minha sala gelada dos barracões.

A situação política estava cada vez mais difícil, boa parte do Departamento de Ciências Sociais desaparecera. Não se perguntava onde as pessoas estavam. Vigorava um silêncio temeroso. Transitávamos cheios de dúvidas, deveríamos continuar ou nos demitirmos coletivamente? Reunidos num dos corredores com Ruth Cardoso e outras colegas ficou decidido que nós que ficaríamos, tínhamos uma missão: se fossemos embora a ditadura colocaria outros docentes em nosso lugar; era importante resguardar o que tínhamos conquistado, não deixar que a

ditadura interferisse sobre a bibliografia que usávamos, nem sobre as aulas que dávamos. Era uma outra forma de resistir.

Apesar de todos os problemas ainda assim jovens docentes e alunas começaram a lutar pela criação de creches na universidade! Não posso dizer que a academia repetia o movimento de mulheres de luta por creches que se espalhava pela sociedade. Ambos foram concomitantes.

Durante a ditadura as aulas não se interromperam, mas estavam longe de ter uma continuidade.

Quando ofereci como tema no curso de Organização Social que se focalizasse a mulher na América Latina, houve uma tumultuada reação da classe contra a o tema. Depois de horas de discussão finalmente a classe se dividiu em dois grupos: um analisaria o tema focalizando a mulher e outra visando o geral na América Latina. Essa mesma ruidosa oposição encontrei várias vezes seja na pós-graduação, quando nenhum/a estudante se inscreveu no curso oferecido ou na Faculdade de Direito quando dei um curso introdutório *em 2002*. Hoje temos de limitar o número de alunos em função do espaço das salas!

Ouso dizer que o conservadorismo da Academia era maior do que o da Sociedade, pois apesar das resistências na universidade fui procurada, em plena ditadura, por um grupo de jovens estudantes japonesas que sabiam que eu fazia pesquisa sobre a mulher trabalhadora. Então, pedi um seminário para elas! Não sei explicar, não perguntei na época, e não posso explicar porque, como elas buscaram esse novo saber! Algum tempo depois, a líder do sindicato dos metalúrgicos, Nair, me procurou, porque as industriárias queriam entender a própria situação. Fui morrendo de medo, falar numa sala de um prédio da Rua São Bento. E assim a minha militância acadêmica se somava à militância política.

Éramos convidadas para falar em igrejas, clubes de mães, locais onde faziam distribuição de leite, para falar sobre a situação das mulheres, discutir igualdade salarial, creches, direitos das mulheres, violência e, sobretudo, direitos reprodutivos. Os temas não eram impostos por nós, mas pelas próprias mulheres. E falávamos sobre aborto nos fundos das igrejas!

Mas, sobretudo discutíamos os direitos das mulheres, os direitos humanos e a importância de se fazer uma nova Constituição. A Constituição de 1988 foi construída palavra por palavra, com plena participação de todas as pessoas engajadas, e não foi fruto de um partido político. Resguardá-la é o mínimo de dever democrático.

Se a academia era refratária, da sociedade partiam demandas feministas que a pesquisa acadêmica dispunha. Desde então construiu-se um longo diálogo entre os movimentos feministas e a pesquisa acadêmica do qual resultaram vários frutos.

Com a restauração democrática nós feministas acadêmicas propusemos projetos de políticas públicas. Deveria falar dos governos Montoro, do governo de Tancredo Neves, e do governo Lula para expor os desdobramentos das políticas públicas. Mas acho que vocês deveriam me dar outro título (ou retirar esse) se eu entrar por esse capítulo.

A trajetória do feminismo acadêmico é entrecruzada por várias dimensões: política universitária, feminismo, movimentos sociais, ditadura, democracia, academia. O campo dos estudos feministas e de gênero avançavam na USP e em outros estados como Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Norte, do Sul, Pernambuco e outros locais. E concomitantemente no resto do mundo para onde fomos beber tudo o que se podia, especialmente nos Congressos Internacionais. Não tenho a pretensão de esgotar os caminhos do feminismo no Brasil, mesmo porque os dados pioneiros da Fundação Carlos Chagas, por exemplo, estão bem registrados.

Tomo emprestado o título do livro de Karen Joy Fowler “*Women who read are dangerous*” – “As mulheres que leem são perigosas” – para dizer que o feminismo é uma arma perigosa. O feminismo reúne mulheres que leem, conscientes, que demandam.

Explico: já se falou que a ditadura teve o mérito de unir forças além das divergências político-partidárias, tínhamos um inimigo comum. Este atacava tanto a democracia no plano político como no acadêmico. Na década de 1970, as Ciências Sociais passaram a participar da SBPC, que se tornara um espaço plural de encontro e difusão de ideias. Temas eram apresentados nas reuniões anuais: divisão do trabalho, violência, família, aborto, direitos reprodutivos... Mas a ditadura que tinha afastado tantos professores e alunos agora tentava intervir sobre a SBPC. A 29ª reunião em julho de 1977, estava prevista para Fortaleza onde fora proibida. Decidiu-se transferi-la para a USP (em São Paulo). Maluf e os militares não a autorizaram. Reunida a Diretoria decidiu solicitar o apoio da PUC para transferir a reunião para lá. Iniciou-se delicada negociação, pois tanto a USP como a PUC iriam realizar um evento proibido pelo poder. Iniciamos uma difícil negociação para obter a concordância da PUC. Foram horas de idas e vindas, eu era um tipo pombo correio entre a Comissão da USP e a da PUC. Carolina Martucelli Bori coordenava as ações. De um lado desobedecer ao governo do Estado e os militares, de outro a PUC, ao sediar o encontro, também incorreria na desobediência. Finalmente conseguimos. Mas tivemos um ato mesquinho do governo estadual: as verbas foram cortadas para o evento científico. Tivemos que levantar fundos, artistas doaram seus trabalhos, enfim, lutar para fazer uma reunião científica. Foi um tormento. Mas conseguimos! É preciso lembrar isso num momento em

que temos um Executivo e um Congresso Nacional que têm medo do saber, que propõem uma “escola sem partido” – isto é, uma escola onde não se pode fazer uma análise crítica. Não se pode esquecer que o poder militar maneja as armas e pode impor autoritariamente o que quiser à sociedade.



Na USP criaram-se vários núcleos de pesquisa que reuniam pesquisadoras de diferentes áreas. Essa foi a experiência do CERU, criado por Maria Isaura e do qual fui coordenadora por vários anos. Maria Isaura tinha o dom de nos jogar na arena, quaisquer que fossem os perigos ou os leões. Assim fomos ensinar a fazer pesquisa em Belém do Pará e em Salvador na Bahia. Ou no Vale do Ribeira. Há pouco encontrei um antigo aluno que me disse: você nos arrastava para todos os lugares. E é verdade. Esse mesmo aluno foi com sua turma para Eldorado Paulista. Levei a família comigo, duas crianças pequenas e por alguns dias meu marido. A região produzia mexericas. Dividimos a turma, alguns iam entrevistar as colheadoras, outros os encaixadores, observar ruas, a Igreja. E um deles, resolveu observar o cemitério. Perfeito, cobria-se toda a pequena área. Depois de uns três dias haveria a festa da Rainha das Colhedeiras de mexerica. Fui então procurada pelo Prefeito que claramente me disse que estávamos entrando muito dentro da comunidade e que ele não podia garantir a nossa segurança! Imagine-se a situação, em plena ditadura, eu nem imaginava que ali houvesse qualquer questão política e ouço essa clara advertência. Reuni a turma e fomos embora imediatamente.

Quem era o Prefeito? Era o Sr. Paiva, pai do Rubens Paiva, com quem politicamente ele não comungava.

Todos os cursos que eu dei, creio que em todos eles, sempre procurei levar os alunos a fazer pesquisas. A pesquisa desvenda, expõe. Por isso alguns têm medo dela.

Nas décadas seguintes ampliou-se a temática de gênero nas universidades, inclusive na USP. No Brasil não se criaram os *gender studies*, pois nossa estrutura acadêmica não comportava a criação de núcleos específicos. Houve uma ampliação dos cursos sobre mulher, gênero, etc. em praticamente todas as unidades da USP. Um crescimento em que os átomos não se comunicavam. Os cursos são relativamente isolados. O que evidentemente reduz a sinergia. O modelo das companheiras feministas da Universidade Federal de Santa Catarina, ao contrário, articulado construiu um espaço criativo invejável. E que provocou não apenas uma articulação nacional, mas internacional. Então vamos todas nós para Santa Catarina sempre que possível.

No período de redemocratização, a interação entre a universidade e as políticas públicas se fortaleceu. Levamos para o governo Montoro todas as propostas elaboradas pelo movimento de mulheres e pelo movimento feminista. Creches, equivalência salarial entre homens e mulheres, delegacias de Defesa da Mulher, planejamento familiar, modificação dos livros escolares, situação da mulher negra, participação da mulher nos sindicatos, participação nos partidos políticos, legenda para as mulheres. Estava tudo pronto, faltava implantar. Num governo democrático isso foi possível.

É claro que nessa etapa as divergências político-partidárias afloraram. Discorrer sobre as dificuldades nos partidos políticos, o machismo imperante, só isso daria mais um capítulo. A trégua obtida no movimento Feminino pela Anistia foi se rompendo e as disputas inevitavelmente vieram à tona.

Excetuando os seis meses em que trabalhei na ONU (em Viena) e dois anos e meio que fiquei no Senado, nunca interrompi minha carreira na USP. Tive o privilégio de ficar um ano na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* onde fiz meu Pós-Doutorado. Recapitulando minhas atividades na ONU, que me enviou para a Bolívia, a Turquia e Tunísia onde trabalhei exatamente atuando nas políticas de desenvolvimento para a mulher, levei a experiência da USP para esses outros mundos. Levei também a experiência de trabalhar sob a ditadura.

Entre um livro e outro, uma pesquisa e outra, fui buscar minhas raízes. Conhecer a história dos judeus, especialmente no Brasil, foi um desejo profundo. A história dos meus pais, mas não só a deles, a dos outros. A história de nossas famílias por vezes é difícil de recuperar, sobretudo, pelos traumas que viveram. Alguns assuntos são negados. Eles são proibidos e não se toca neles por respeito à dor que provocam. Mas o espírito pesquisador encontra outros caminhos. E assim me acerquei da vida de velhos, naquela época eu os achava velhos, e foi um modo

de saber os mil caminhos trilhados. Curiosamente mesmo quando sofriam não falavam com amargura, tinham a esperança de ter construído um pedaço do Brasil.

Tenho a sensação de ter pago uma dívida intelectual e humana ao ter feito essa pesquisa e produzido um dos meus mais lindos livros *O Brasil como destino*.

Um ano para estudar foi um privilégio que nunca tivera durante toda a carreira. Fazíamos as teses, pesquisas, dando concomitantemente aulas, seminários e exercendo atividades administrativas. Aquele ano em Paris preparou minha imersão nas histórias de vida que eu coletara da comunidade judaica.

Essa pesquisa atravessou uns 20 anos de minha vida. No meio do caminho outras pesquisas, livros, artigos, foram sendo produzidas, mas havia uma dívida a ser paga: quando as pessoas nos contam suas histórias temos o compromisso de lhes devolver o que prometêramos ao abordá-las. Mas porque os judeus? Essa é uma pergunta difícil de responder. Qual o problema identitário que leva uma cigana, um japonês, um indiano a estudar suas origens? Responder essa questão como pesquisadora é fácil: os judeus constituem uma comunidade que tem um marcador, no sentido antropológico, um referencial que a define no seio da sociedade. Mas isso não obriga que indivíduos com esses marcadores se auto investiguem. Seria uma questão psicológica, o antissemitismo que persiste na sociedade brasileira inclusive na universidade? Some-se a esses fatores mais um: a total ignorância que a sociedade brasileira, inclusive a universitária, tem com relação aos judeus. Por outro lado, a universidade nos dá a nós, pesquisadores, a extraordinária liberdade de escolher nossos objetos de pesquisa. Sobretudo quando se participa de um grupo acadêmico que garante sua liberdade de escolha como foi o meu caso.

Agora que, mais uma vez, o Brasil se vê envolvido em questões imigratórias, em conflitos e resistência aos imigrantes, quanto é fundamental entender a importância de acolher os imigrantes. O Brasil foi o destino de muitos judeus antes, durante e depois da segunda guerra. Não se pode esquecer que atualmente há milhares de brasileiros que são imigrantes em outras terras.

Aprendi na USP muito do que levei para a atuação política. Há uma reciprocidade entre o saber conquistado na academia e nos movimentos sociais especialmente o feminista. Me lembro do Senador Marco Maciel, que eu respeito profundamente, me perguntando quando é que eu iria fazer meu discurso. O discurso inaugural, ele e todos os outros vieram ouvir a “professora da USP” que iria falar. É claro que escrevi meu discurso, prática adquirida durante tantos anos em que eu escrevera e Maria Isaura incansavelmente corrigia com suas célebres anotações à margem: obscuro!

Não posso terminar essa fala sem me referir ao Sr. Moyses e a Dona Eta que prepararam suas três filhas para serem cidadãs e profissionais. Para eles nunca sentimos que faltasse recursos para livros, cursos, escola.

Júlio foi e é um companheiro permanente na minha vida. Cuidamos juntos dos filhos, ele leu meus textos, deu título a meus livros e é o responsável pela formação das pessoas íntegras que Silvia e Ênio são.

Quando nossa vida intelectual e acadêmica se encerra? Não sei responder, pois no momento me empenho em colaborar com a construção de uma nova cultura junto à USP e por consequência junto à sociedade. Uma cultura de igualdade de gênero, sem violência, em que as mulheres possam viver em paz, em que qualquer grupo étnico, religioso, de gênero, possa viver sem discriminação.

Ao fazer hoje essas reflexões sobre o feminismo no Brasil – o que ele aponta como importante nas relações sociais, a construção teórica do conceito de gênero – sou levada a pensar em duas perspectivas: no início, a resistência era fruto das novas descobertas, entrávamos numa área relativamente nova, desconhecida, e vínhamos abalar as estruturas patriarcais em vigor. Fazíamos uma revolução nos padrões tradicionais consagrados e que beneficiavam uma certa camada da população. Hoje, quando o conceito de gênero se tornou uma ferramenta fundamental nas ciências, especialmente na medicina, e nem se discute nos países democráticos a importância de se introduzir essa variável, vivemos no Brasil um tremendo retrocesso: o “gênero” se torna uma perigosa arma. Envolvido na ignorância do que significa gênero, ele é temido. Do que se tem medo? De descobrir que a terra não é o centro do universo? Que o homem não é o senhor do mundo? Que há várias maneiras de sermos civilizados? Que gênero é sinônimo de democracia, de liberdade? Essas perguntas têm de ser respondidas!